

Arte e resistência no Chile durante o *Estallido Social*: a contestação da herança autoritária no espaço público

Art and resistance in Chile during the *Estallido Social*: contesting the authoritarian legacy in the public space

Arte y resistencia en Chile durante el Estallido Social: desafiando el legado autoritario en el espacio público

Tereza Maria Spyer Dulci¹

Resumo: O *Estallido Social* no Chile foi um marco de mobilização popular contra desigualdades estruturais e a herança neoliberal da ditadura de Pinochet. Nesse contexto, grafites, murais e intervenções em monumentos históricos emergiram como práticas de resistência no espaço público. Este artigo analisa como essas manifestações artísticas ressignificaram símbolos nacionais e amplificaram vozes indígenas, feministas e anticapitalistas. A partir de referências teóricas sobre espaço público e memória coletiva, discutimos a efemeridade e o impacto dessas ações, destacando sua potência como instrumento de luta e transformação social. Por fim, refletimos sobre as controvérsias em torno da preservação ou apagamento dessas intervenções, que permanecem centrais no debate sobre democracia e direitos no Chile contemporâneo.

Palavras-chave: Chile; Estallido Social; Arte; Memória Coletiva.

Abstract: The Social Outburst in Chile marked a turning point in popular mobilization against structural inequalities and the neoliberal legacy of Pinochet's dictatorship. In this context, graffiti, murals, and interventions on historical monuments emerged as acts of resistance in public spaces. This article analyzes how these artistic expressions redefined national symbols and amplified Indigenous, feminist, and anti-capitalist voices. Drawing on theoretical references about public space and collective memory, we discuss the ephemerality and impact of these actions, highlighting their power as tools for social struggle and transformation. Finally, we reflect on the controversies surrounding the preservation or erasure of these interventions, which remain central to the debate on democracy and rights in contemporary Chile.

Keywords: Chile; Social Outbreak; Art; Collective Memory.

Resumen: El Estallido Social en Chile fue un hito de movilización popular contra las desigualdades estructurales y la herencia neoliberal de la dictadura de Pinochet. En este contexto, grafitis, murales e intervenciones en monumentos históricos emergieron como prácticas de resistencia en el espacio público. Este artículo analiza cómo estas manifestaciones artísticas resignificaron símbolos nacionales y amplificaron voces indígenas, feministas y anticapitalistas. A partir de referencias teóricas sobre espacio público y memoria colectiva, discutimos la efemeridad y el impacto de estas acciones, destacando su potencial como instrumentos de lucha y transformación social. Finalmente, reflexionamos sobre las controversias en torno a la preservación o eliminación de

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3991418591681661>. E-mail: terezaspyer@gmail.com. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3891-2577>.

estas intervenciones, que siguen siendo centrales en el debate sobre democracia y derechos en el Chile contemporáneo.

Palabras clave: Chile; Estallido Social; Arte; Memoria Colectiva.

Introdução

O *Estallido Social* no Chile (2019–2020) foi um marco histórico de mobilização popular contra desigualdades estruturais e a ordem institucional herdada da ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990). Milhões de chilenos/as ocuparam as ruas para exigir transformações profundas, culminando na demanda por uma nova constituição. O aumento das tarifas do transporte público foi o catalisador de um descontentamento latente, que rapidamente se transformou em manifestações massivas por justiça social. Embora o estopim tenha sido econômico, as demandas logo se ampliaram para abranger questões como saúde, educação, aposentadoria e moradia digna (Dulci; Alvarado, 2021).

Entre as principais reivindicações, destacou-se a substituição da Constituição de 1980, considerada ilegítima por ter sido elaborada sob o regime militar. A crítica ao sistema de previdência, às políticas de saúde privatizadas e à precarização da educação refletiam o esgotamento de um modelo de crescimento que beneficiava uma minoria. A sociedade chilena, embora inserida em um contexto de estabilidade macroeconômica, vivenciava profundas assimetrias no acesso a direitos básicos, tornando-se uma das mais desiguais da América Latina (Ganter *et al.*, 2022; Pleyers *et al.*, 2023).

A resposta governamental incluiu repressão violenta, militarização das ruas e retórica de guerra por parte do então presidente Sebastián Piñera. Tais ações ampliaram a indignação popular, reforçando o caráter político das mobilizações e gerando visibilidade internacional. As denúncias de violações de direitos humanos, veiculadas pela imprensa e pelas redes sociais, impulsionaram ainda mais o movimento (Dulci, Alvarado, 2021).

Nesse cenário, o espaço público assumiu papel central — não apenas como palco das

mobilizações, mas como meio de expressão política e de produção de sentidos coletivos. Ruas e praças foram ocupadas e ressignificadas por intervenções artísticas. Grafites, murais e ações sobre monumentos históricos desafiaram a narrativa oficial e reinscreveram a memória das lutas populares no tecido urbano (Aravena Ortiz, 2023; Dittus, 2019).

Esse contexto de efervescência social resgatou também a rica tradição de arte política urbana do Chile, marcada, por exemplo, pela atuação da Brigada Ramona Parra (BRP) desde os anos 1960. Ligada inicialmente ao Partido Comunista, a BRP usava murais como ferramenta de denúncia, mobilização e formação política. Durante a ditadura de Pinochet, os murais foram duramente reprimidos, mas continuaram como forma de resistência simbólica. Essa herança artística foi reativada com força durante o *Estallido Social*, quando novos coletivos retomaram e ressignificaram a prática muralista como linguagem de protesto, memória e disputa pelo espaço público. Assim, as intervenções contemporâneas dialogam com um repertório visual histórico de resistência, inscrevendo as lutas atuais em uma genealogia estética e política latino-americana (Ganter *et al*, 2022; Ferrada Aguilar, 2021; Venegas Adriazola, 2020).

As intervenções artísticas urbanas, nesse contexto, passaram a operar como dispositivos de memória e resistência, desafiando a memória oficial e afirmando identidades coletivas. As reconfigurações de monumentos e o uso criativo do espaço público simbolizaram tanto o enfrentamento ao legado autoritário quanto a recusa às desigualdades reproduzidas pelo sistema econômico vigente (Riquelme Loyola, 2023).

Apesar das promessas de transformação, o processo constituinte deflagrado a partir das mobilizações oriundas do *Estallido Social* enfrentou obstáculos significativos. A rejeição da primeira proposta de constituição em 2022, de viés progressista e refundacional, seguida pelo fracasso da versão conservadora em 2023, revelou os limites institucionais para dar resposta às demandas sociais. Como observa Clarissa Demattei (2024), “a revolução fracassou”. A Constituição

de 1980, portanto, segue vigente.

O governo de Gabriel Boric, eleito em 2021 com base nesse impulso popular pós *Estallido Social*, tem enfrentado dificuldades para concretizar suas promessas de mudança. A continuidade da privatização da saúde, educação e da previdência, somada ao bloqueio de reformas estruturais no Congresso, evidencia a permanência de uma elite política resistente às transformações. Como destaca Demattei (2024), a frustração com a lentidão das mudanças alimenta a distância entre a sociedade civil e o sistema político.

Ainda assim, como argumenta Claudia Zapata, é possível identificar “ganhos históricos” nos processos de articulação entre partidos, movimentos sociais e coletivos civis que elaboraram um novo texto constitucional mesmo que rejeitado. Essa experiência pode ser entendida como uma “carta de navegação” para as futuras lutas sociais (Checchia, Oliveira, 2022). Diante desse contexto, este artigo analisa como a arte se consolidou como ferramenta de resistência e transformação social no Chile durante o *Estallido Social*, destacando seu papel no questionamento das estruturas de poder e na redefinição da memória histórica e da identidade nacional.

Do ponto de vista teórico, a análise se apoia nos conceitos de espaço público como arena de disputa simbólica (Lefebvre, 2001; Massey, 2005), memória coletiva e contramemória (Halbwachs, 1992; Huyssen, 2003; Santos, 2012) bem como nas reflexões sobre descolonização da memória (Mignolo, 2011) e territorialidades insurgentes (Haesbaert, 2021). A abordagem é orientada por uma perspectiva decolonial, que compreende as práticas artísticas como formas de resistência política e reconfiguração das relações de poder no espaço urbano.

Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo de base interpretativa, que articula revisão bibliográfica, análise de intervenções visuais, (como grafites, murais e ações sobre monumentos históricos) e leitura crítica de fontes iconográficas e documentais produzidas durante o *Estallido Social*. As imagens e os slogans urbanos são interpretados como dispositivos de

memória e ação coletiva, permitindo compreender como a arte se tornou uma linguagem política fundamental na produção de novos sentidos sobre identidade, justiça e democracia no Chile contemporâneo.

O artigo está estruturado em três seções: a primeira apresenta o contexto histórico e as principais demandas do *Estallido Social*; a segunda discute o papel do espaço público e das intervenções urbanas na contestação política; e a terceira propõe uma reflexão sobre o impacto dessas manifestações artísticas na construção de outras memórias e novos discursos sobre a identidade chilena.

O *Estallido Social*

Com o fim da ditadura e a restauração da democracia em 1990, o Chile manteve grande parte da arquitetura institucional e econômica herdada do regime de Pinochet. A Constituição de 1980 permaneceu em vigor, servindo de base jurídica para a consolidação de um sistema de mercado centrado na privatização de serviços essenciais e na minimização do papel do Estado. Embora esse arranjo tenha promovido estabilidade macroeconômica e crescimento, ele aprofundou desigualdades estruturais e restringiu o acesso da população a direitos básicos, como saúde, educação e moradia (Atria, 2013; Urzúa, Calderón, 2020).

Antes do *Estallido Social* de 2019, diversas mobilizações já haviam revelado o mal-estar social provocado por esse modelo. Entre elas, destacaram-se os protestos estudantis de 2006 e 2011², protagonizados por estudantes secundaristas que denunciavam o alto custo da educação, a lógica mercantil do ensino e a exclusão social. Essas manifestações tiveram grande repercussão nacional e expuseram com nitidez as desigualdades educacionais e a precarização da vida cotidiana.

² O movimento estudantil tornou-se um dos maiores desafios ao regime vigente, com milhares de estudantes nas ruas, exigindo reformas no sistema educacional. As manifestações demonstraram que as tensões contra o sistema econômico e político estavam crescendo, refletindo o descontentamento com políticas públicas que perpetuavam as desigualdades estruturais (Cañas, 2016).

Em paralelo, as marchas feministas³ também ganharam força, articulando reivindicações por direitos reprodutivos e igualdade de gênero. Ambas as frentes contribuíram para a politização das desigualdades e para o acúmulo de demandas sociais que iriam desaguar no *Estallido Social* (Dulci, Alvarado, 2023; Ganter *et al.*, 2022).

O estopim ocorreu em 18 de outubro de 2019, após o anúncio do aumento da tarifa do transporte público em Santiago. A medida foi rapidamente interpretada como mais um reflexo da lógica privatista vigente, que impunha custos elevados a uma população já desassistida por serviços públicos precários. A mobilização, iniciada por estudantes secundaristas, transformou-se em um movimento nacional de caráter interclassista, com milhares de pessoas exigindo reformas, especialmente nos sistemas de saúde, previdência, educação e a criação de uma nova constituição (Dulci, Alvarado, 2021).

A resposta do governo de Piñera foi a decretação do estado de emergência em várias cidades, acompanhada por uma escalada de violência policial. Entre outras ações, ocorreram incêndios e intervenções em monumentos enquanto as forças de segurança atuavam de maneira cada vez mais repressiva. A brutalidade da repressão provocou indignação nacional e internacional, especialmente após denúncias de torturas, abusos sexuais, mutilações oculares e mortes — amplamente divulgadas pela imprensa e pelas redes sociais (Dulci, Alvarado, 2021).

Diante da pressão popular crescente e da perda de legitimidade institucional, o governo chileno anunciou em 2020 a realização de um plebiscito para decidir sobre a elaboração de uma nova constituição. O plebiscito foi aprovado por ampla maioria e interpretado como uma oportunidade histórica de refundação democrática e de reconhecimento formal das demandas por justiça social.

³ Os movimentos feministas chilenos se fortaleceram na década que antecedeu o *Estallido Social*, com destaque para o “Maio Feminista” de 2018, que mobilizou milhares de pessoas em resposta a casos de abuso sexual em universidades. Esses movimentos tiveram um grande impacto no espaço público. Coletivos feministas, como o “LasTesis”, se destacaram ao desafiar tanto a violência de gênero quanto as desigualdades do modelo neoliberal (Bello Navarro; Pinto Veas, 2022).

O processo constituinte que se seguiu resultou na eleição de uma convenção paritária, com 50% de mulheres e assentos reservados a representantes dos povos indígenas — uma composição inédita na história constitucional do país (Dulci, Alvarado, 2021).

Contudo, o entusiasmo inicial logo esbarrou em barreiras políticas. Em 2022, o texto elaborado pela convenção, de perfil progressista e plurinacional, foi rejeitado. Em 2023, uma nova proposta, desta vez redigida sob hegemonia conservadora, também foi reprovada. Esses dois reveses revelaram não apenas a polarização da sociedade chilena, mas também os limites das vias institucionais para responder de forma efetiva à intensidade e à complexidade das demandas sociais (Demattei, 2024; Dulci, Alvarado, 2023; Pleyers *et al.*, 2023).

Assim, o *Estallido Social* expôs as fissuras profundas do modelo de desenvolvimento chileno. Apesar da imagem internacional de estabilidade e modernização, a forte crise de 2019 revelou uma sociedade marcada por desigualdades históricas, deslegitimação das instituições herdadas da ditadura e urgência por transformações estruturais. Embora o processo constituinte não tenha alcançado seus objetivos formais, provocou reconfigurações duradouras no campo político e cultural, cujos efeitos ainda estão em disputa.

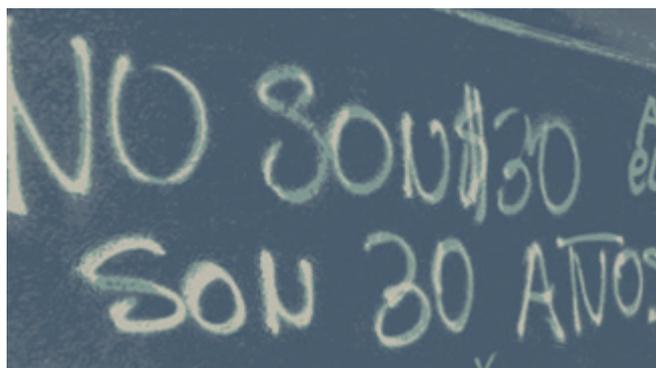
Arte e espaço público

O espaço público tem sido amplamente debatido nas últimas décadas. Uma das maiores referências é a obra de Henri Lefebvre, que propôs a ideia da produção do espaço como uma construção social. Para Lefebvre (2001), o espaço não é algo neutro ou dado, mas sim um produto das relações de poder e das práticas sociais que nele se desenvolvem. O espaço público, assim, torna-se uma arena de disputa simbólica, onde diferentes grupos sociais lutam para afirmar suas identidades e poder.

A apropriação desse espaço pela arte — por meio de grafites, murais e outras intervenções visuais — integra-se a um processo de resistência simbólica que confronta as narrativas

hegemônicas e busca reconfigurar a memória coletiva. Nessa perspectiva, a arte emerge como uma prática política de contestação, que transforma o espaço público em arena de disputa por sentidos, desafiando as estruturas de poder e denunciando desigualdades sociais. Ao intervir em muros e monumentos históricos, essas expressões artísticas tensionam os usos oficiais da memória e convertem o tecido urbano em território de luta simbólica.

Imagens 1 e 2 “*No son 30 pesos, son 30 años*”



Fonte: Instituto de la Vivienda, Universidad de Chile, 2019 / Foto de Luis Campos Medina.



Fonte: El Regionalista, 2023 / Foto de Rolando Cárdenas.

A frase “*No son 30 pesos, son 30 años*”, inscrita nos muros de Santiago, especialmente na Zona Cero (antiga Praça Itália, hoje Praça Dignidade, perto da estação de metrô Baquedano), tornou-se um dos símbolos centrais da insurreição chilena, evocando não apenas um despertar social, mas também um ato de reapropriação coletiva do espaço urbano. As intervenções se inserem na lógica da produção do espaço como campo de luta simbólica (Lefebvre, 2001), funcionando

como um enunciado visual que marca o rompimento com o conformismo neoliberal. A inscrição não é neutra: ela atua como um grito público e performático que denuncia o passado e projeta futuros possíveis — um gesto que pode ser entendido como uma forma de territorialização estética da esperança.

Como afirmam Campos e Bernasconi (2021), o *Estallido Social* também foi um *estallido gráfico*, o que não surpreende, já que uma das principais formas de expressão do sentimento coletivo daquele momento esteve nos muros da cidade, os grafites, os cartazes e as faixas foram a tônica visual da revolta. Nesse contexto, surgiam também outras importantes inscrições, como “Chile Despertó” e “Hasta que la dignidad se haga costumbre”, compondo um verdadeiro repertório de slogans insurgentes que transformavam a cidade em uma superfície de denúncia, memória e resistência.

Importa ressaltar que a arte não é apenas uma expressão estética, mas também um meio de dar visibilidade a movimentos que buscam transformar a sociedade, como no caso do *Estallido Social*, onde as intervenções urbanas se tornaram uma ferramenta poderosa de mobilização e de reconfiguração da memória histórica do país. Segundo Maurice Halbwachs (1992), a memória coletiva é um processo social que envolve a construção de uma narrativa compartilhada sobre o passado, mas essa memória pode ser manipulada para atender a interesses específicos. No contexto de sociedades profundamente desiguais, como o Chile, a arte emerge como uma forma de contestação dessa memória oficial, propondo novas formas de lembrar e reinterpretar o passado, muitas vezes negado ou distorcido (Huysen, 2003).

A memória urbana produzida pelas intervenções do *Estallido Social* não se manifesta apenas pela inscrição, mas também pelo seu apagamento sistemático. Como argumentam Campos e Bernasconi (2021), há uma verdadeira disputa gráfica entre agentes institucionais que buscam restaurar a “normalidade visual” da cidade e artistas que inscrevem contramemórias nos muros.

O vai-e-vem entre pintar e apagar revela a luta por visibilidade simbólica no espaço urbano, onde se confrontam a memória oficial e a insurgência estética popular. Essa tensão entre inscrição e silenciamento materializa a fragilidade do pacto social e a centralidade do espaço público como arena de conflito.

Assim, os grafites, murais e outras formas de intervenção atuam como práticas de contranarrativas, contramemórias ou de descolonização da memória, ao desafiar símbolos e narrativas oficiais impostas pela história dominante. Trata-se de um esforço de desobediência epistêmica e estética, que visa romper com os marcos coloniais de produção do conhecimento e da memória (Name, Dulci, 2023). Essas práticas constroem memórias alternativas que contestam as versões hegemônicas da história e revelam os processos de marginalização e silenciamento de grupos sociais e movimentos políticos. Elas buscam valorizar as memórias subalternas, oferecendo uma visão crítica do passado. A descolonização da memória, nesse contexto, refere-se ao questionamento das memórias impostas pela colonialidade, que frequentemente reforçam estruturas de poder e dominação. Assim, ao revisarem as histórias e os saberes colonizados, essas intervenções propõem uma reinterpretação do passado que visa romper com narrativas dominantes que perpetuam desigualdades (Mignolo, 2011).

O grafite também operou como ferramenta de fortalecimento do pertencimento territorial nas zonas periféricas de Santiago. Um estudo recente realizado em Maipú, região historicamente marcada pelo trabalho manual e exclusão urbana, demonstrou que muitos moradores veem o grafite como um instrumento de afirmação identitária e comunicação social, mesmo que tensionado entre a estética e o vandalismo (Segovia, Valdebenito, 2024). As inscrições nos muros funcionam como formas de visibilidade simbólica para grupos que historicamente tiveram seus discursos silenciados, especialmente juventudes populares e coletivos de base. Assim, o grafite consolida-se como expressão política das margens, afirmando o direito à cidade e à memória.

A produção de espaços urbanos e as intervenções artísticas também desempenham um papel central na transformação da memória coletiva e na contestação da identidade nacional. De acordo com Doreen Massey (2005), o espaço é relacional, o que significa que ele não é fixo, mas é constantemente moldado por diferentes forças e interações. A arte, portanto, ao intervir nos espaços urbanos, redefine as relações sociais e o significado desses lugares. Em vez de serem apenas locais de circulação ou consumo, os espaços tornam-se locais de produção simbólica, onde diferentes grupos podem afirmar suas identidades e reivindicar seus direitos.

Essas intervenções, especialmente em locais simbólicos como monumentos e edifícios históricos, também atuam como uma forma de ressignificação do espaço. A descolonização da memória não apenas questiona os símbolos do poder estabelecido, mas também propõe alternativas para a construção de uma identidade mais inclusiva e democrática (Duarte-Feitoza, Silva Sá, 2022). Deste modo, durante o *Estallido Social*, muitos monumentos associados à ditadura de Pinochet e ao legado colonial foram alvo de intervenções artísticas que procuraram desafiar a memória oficial imposta pelo Estado, criando novos significados para esses espaços e promovendo uma narrativa mais plural.

Isso nos ajuda a entender como o espaço não é apenas físico, mas também político, e como sua apropriação por meio de intervenções artísticas pode transformar não só o espaço, mas também as relações de poder dentro da sociedade. A arte, nesse contexto, torna-se um campo de resistência no qual as pessoas se apropriam do espaço público para contestar as estruturas de poder e para criar novas formas de memória e identidade. Essas práticas, ao desafiarem os simbolismos e as narrativas oficiais, não apenas ressignificam o espaço, mas também reconstróem as formas de pertencimento e de participação cidadã, como ocorreu durante o *Estallido Social* (Aravena Ortiz, 2023; Ganter *et al*; Molina, 2020).

A arte também se insere em um debate mais amplo sobre o papel das práticas culturais na

transformação social. Essas práticas não se limitam à estética ou ao entretenimento, mas têm um impacto direto nas estruturas sociais e políticas, ao oferecerem uma plataforma para a expressão de demandas sociais e políticas que, de outra forma, seriam marginalizadas ou silenciadas. Ao utilizar o espaço público para se expressar, a arte torna-se uma forma de fortalecimento social, permitindo que grupos subalternos e marginalizados possam afirmar sua presença e voz na sociedade (Ganter *et al.*, 2022; Pleyers *et al.*, 2023).

Em um nível mais amplo, a arte e as intervenções no espaço público também estão relacionadas ao conceito de democratização do espaço, ao desafiar a exclusão de certos grupos sociais de esferas de poder e representação. A arte, ao se apropriar desses espaços, se transforma em um meio de democratizar a cultura e o acesso ao patrimônio, reconfigurando as relações de poder e oferecendo uma nova visão de participação cívica (Venegas Adriazola, 2020).

Assim, a arte urbana produzida durante o *Estallido Social* pode ser compreendida como expressão viva da luta entre memória e esquecimento no espaço público. Como propõe Myrian Santos (2012), a memória coletiva não é apenas um acúmulo de recordações, mas um campo de disputa simbólica e política que define quem pode lembrar e o que pode ser lembrado. Ao intervir sobre monumentos e muros da cidade, manifestantes reconfiguram os marcos visuais da memória oficial e instauram narrativas outras, muitas vezes silenciadas pelos discursos dominantes. Essa ação estética assume o papel de resistência ativa contra o que a autora chama de “pesadelo da amnésia coletiva” — a perda dos vínculos históricos e do aprendizado acumulado ao longo do tempo.

Santos também enfatiza que a memória coletiva, longe de ser neutra, é atravessada por relações de poder, e sua construção envolve tanto processos reflexivos quanto estruturas coletivas que a antecedem. Assim, as práticas artísticas do *Estallido Social* não apenas denunciam injustiças atuais, mas disputam igualmente o direito de inscrever novas versões do passado no presente urbano.

Ou seja, a memória é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento (Santos, 2012, p. 31), o que implica que sua constituição está sempre em movimento, sendo continuamente negociada entre o vivido, o representado e o silenciado. Nesse sentido, murais, grafites e intervenções se tornam suportes de uma contramemória insurgente, performando o direito de existir e resistir no tempo e no território.

Por fim, a relação entre arte urbana e espaço público se insere em um debate contínuo sobre o papel da arte como um instrumento político e social. Ao transformar o espaço, a arte não apenas cria novas formas de visibilidade e de participação, mas também ajuda a moldar uma nova forma de se relacionar com o passado, desafiando as hierarquias de memória e propondo uma narrativa mais plural. A arte urbana, ao intervir no espaço público, torna-se assim um potente mecanismo de resistência política e uma forma de renovação das identidades sociais e culturais (Ganter *et al.*, 2022; Molina, 2019; Pérez, Martínéz, 2020; Ramiro, 2020, Olivari, 2021).

Grafites e intervenções artísticas em muros e em monumentos históricos

Grafites e murais

Os grafites e murais em Santiago e em outras cidades do Chile desempenharam um papel central no *Estallido Social*, funcionando como formas poderosas de resistência visual que deram voz às tensões sociais e políticas acumuladas ao longo dos anos. Esses elementos de arte emergiram como ferramentas de denúncia principalmente das desigualdades sociais, da violência estatal e do colonialismo, refletindo a insatisfação popular com um sistema que perpetuava a exclusão e a repressão. Durante as manifestações, as ruas se tornaram telas para a expressão de uma cidadania que buscava ressignificar o espaço público e afirmar suas demandas por justiça, igualdade e reconhecimento (Dittus, 2019; Molina, 2019; Segovia, Valdebenito, 2024; Venegas Adriazola, 2020).

Um exemplo dessa prática foi visto em murais de Santiago, onde o grafite foi utilizado para denunciar as desigualdades sociais exacerbadas por décadas de políticas neoliberais. Esses murais retratavam a violência estatal que marcou o *Estallido Social*, com imagens de pessoas sendo agredidas pelas forças de segurança e referências às violações de direitos humanos cometidas pelas autoridades. A violência policial foi amplamente representada, com figuras como os/as presos/as políticos/as e imagens de repressão sendo usadas para expressar a luta de muitos/as que foram silenciados/as pelo Estado (Ganter *at al.*, 2022; Dulci, Alvarado, 2023; Valenzuela, 2021).

Além disso, as intervenções artísticas frequentemente questionavam o legado colonial ainda presente nas estruturas sociais e culturais chilenas. Símbolos mapuche, por exemplo, foram recorrentes nos murais, fazendo referência à luta dos povos indígenas pela reparação histórica e pelo reconhecimento de seus direitos. O uso de figuras indígenas nas obras de arte não era apenas uma homenagem, mas também uma maneira de buscar reverter a marginalização histórica e cultural dos povos originários no Chile. Os mapuche, enquanto símbolo da resistência à colonização e à violência do Estado, foram representados como figuras de poder e dignidade, desafiando os estereótipos impostos pela narrativa dominante (Dulci, Alvarado, 2023; Ganter *et al.*, 2022; Pleyers *et al.*, 2023; Quesada, Alvarado, 2020; Venegas Adriazola, 2020).

O feminismo também ganhou destaque nos grafites e murais, refletindo a luta das mulheres, especialmente contra a violência de gênero. Muitas obras traziam imagens de mulheres indígenas, conectando as lutas feministas com a resistência dos povos originários. O feminismo interseccional ficou evidente, unindo as demandas das mulheres com as dos/as trabalhadores/as e das comunidades indígenas, e questionando o sistema patriarcal e neoliberal que oprime as mulheres, notadamente aquelas das classes populares. Em muitos casos, as figuras femininas foram retratadas como símbolos de força, luta e resistência, desafiando os estereótipos tradicionais de submissão (Aravena Ortiz, 2023; Dulci, Alvarado, 2023; Ganter *et al.*, 2022; Pleyers *et al.*, 2023;

Valenzuela, 2021; Vásquez-Bustos, 2022).

Imagens 3, 4 e 5: Resistências



Fonte imagens 3 e 4: desInformememos, 2020 (foto de Diego Escobedo) e imagem 5: Revista Bache, 2021.

As imagens reunidas sob o título *Resistências* evidenciam a potência simbólica das intervenções visuais produzidas durante o *Estallido Social*. A Imagem 3 apresenta a frase “Governo assassino, estamos te olhando”, inscrita sob o desenho de um olho, em referência direta à violência policial que resultou em centenas de traumas oculares entre manifestantes. Trata-se de uma denúncia contundente da repressão estatal, mas também de uma afirmação de vigilância popular

e recusa à impunidade. A imagem 4 reúne alguns dos principais símbolos de luta que marcaram a sociedade chilena durante o ciclo de protestos em torno da constituinte: referências aos povos originários, a figura do *Negro Matapacos* — cão de rua que se tornou ícone da rebeldia popular —, mulheres com panelas evocando o *cacerolazo* como forma de protesto cotidiano, e a presença dos manifestantes da *Primera Línea*, que protegiam os demais nas ruas. A composição expressa a força de uma mobilização plural e interseccional. Já a Imagem 5 concentra-se na dimensão feminista das mobilizações, destacando o símbolo das mulheres encapuchadas como representação da radicalidade das lutas antipatriarcais. A estética da máscara e da insubmissão denuncia as múltiplas violências de gênero e reivindica, ao mesmo tempo, anonimato e coletividade como forma de enfrentamento. Juntas, essas imagens revelam como a arte de rua operou como linguagem política e como dispositivo de afirmação de identidades diversas em luta por justiça social e por um novo pacto democrático.

A presença do sistema de classes também foi uma temática central nas intervenções artísticas. A luta de classes foi representada por meio de figuras de trabalhadores/as, camponeses/as e outros grupos populares, como um reflexo da luta contra o neoliberalismo e as desigualdades estruturais. Muitos murais traziam imagens de figuras históricas, como Salvador Allende e outros/as líderes políticos/as que se opuseram à ditadura e às políticas neoliberais, destacando a conexão entre o *Estallido Social* e a história de resistência do país. Essas imagens de resiliência popular foram usadas para reafirmar a luta das classes trabalhadoras contra a concentração de poder e riqueza nas mãos das elites (Ganter *et al.*, 2022; Valenzuela, 2021; Vásquez-Bustos, 2022).

Imagens 6 e 7 – “¿Piñera ou Pinochet?” e Allende revisitado



Fonte: The Walls of Santiago: Social Revolution and Political Aesthetics in Contemporary Chile, 2022 / Foto de Terri Gordon-Zolov e Eric Zolov.

Como observamos nas imagens acima, manifestantes recorreram a grafites e slogans que equiparavam Piñera a Pinochet, exigindo uma ruptura definitiva com o legado autoritário herdado da ditadura. Ao mesmo tempo, o *Estallido Social* produziu reinterpretações visuais de figuras históricas, como Allende, ressignificado como símbolo contracultural e utópico. Nesse processo, muitas das contradições e tensões de seu governo — como o dilema entre transformação institucional e ação direta popular — foram apagadas ou suavizadas na iconografia dos protestos. As intervenções visuais, portanto, revelam não apenas disputas de memória, mas também a coexistência de múltiplas subjetividades políticas, que vão desde a esquerda tradicional, com sua carga nostálgica, até coletivos juvenis marcados por um “ethos punk-pop”, irreverente e criativo (Salgado, 2023).

Esses grafites e murais, além de denunciarem injustiças, também funcionaram como formas

de fortalecimento social, ao dar “cara” a grupos historicamente marginalizados e ao criar um espaço para que suas lutas e histórias fossem contadas de forma visual e pública. Eles desafiaram a memória oficial imposta pelo Estado e ofereceram uma nova visão da identidade chilena, mais inclusiva e plural, onde as lutas de diferentes grupos sociais e étnicos foram ressignificadas (Aravena Ortiz, 2023; Valenzuela, 2021; Vásquez-Bustos, 2022).

A importância desses grafites e murais reside não apenas na forma como eles denunciavam, mas também na maneira como renovaram as narrativas coletivas de resistência e luta por justiça social. Ao integrar símbolos culturais indígenas, referências ao feminismo e à luta de classes, as intervenções urbanas contribuíram para a construção de memórias alternativas, isto é, contra narrativas ou contramemórias, que contestavam a versão oficial da história chilena e promoviam novas leituras do passado e do presente, bem como possibilitavam sonhar com outros devires (Aravena Ortiz, 2023; Dittus, 2019; Valenzuela, 2021; Vásquez-Bustos, 2022).

Por fim, a arte, especialmente durante o *Estallido Social*, mostrou-se como um potente meio de ressignificação do espaço público. Ao transformar os muros e monumentos da cidade em espaços de contestação e expressão política, os grafites e murais se tornaram símbolos de uma resistência viva e pulsante.

Intervenções em monumentos históricos

A análise das intervenções artísticas durante o *Estallido Social* também se beneficia das contribuições teóricas sobre o território formuladas por Rogério Haesbaert (2021), que propõe um giro (multi)territorial articulado ao pensamento decolonial latino-americano. Para o autor, o território deve ser entendido não apenas como base física, mas como construção política, simbólica e existencial, profundamente enraizada em experiências de reexistência — ou seja, resistir para existir. Nesse sentido, os muros e monumentos chilenos se tornam territórios insurgentes, ativados por práticas artísticas que desestabilizam narrativas hegemônicas e instauram novos sentidos para

o espaço público como arena de disputa simbólica e histórica.

Haesbaert argumenta que o espaço latino-americano é atravessado por múltiplas territorialidades e que não se pode pensar a descolonialidade sem uma reinterpretação radical dos vínculos entre corpo, território e memória. Essa perspectiva nos permite compreender os grafites, murais e intervenções em monumentos históricos como parte de uma multiterritorialidade de luta, onde a arte urbana performa a geografia da resistência. Como afirma o autor, “a luta pela existência é, para muitos, em primeiro lugar, a luta por espaço (social e natural ao mesmo tempo), a defesa de um território” (Haesbaert, 2021, p. 31). A insurgência visual/gráfica do *Estallido Social*, portanto, deve ser lida como expressão concreta de um giro territorial descolonizador, que reconecta espaço, tempo e memória a partir das margens.

Durante o *Estallido Social* os monumentos históricos desempenharam um papel central nas manifestações, sendo alvo de intervenções artísticas e simbólicas. Os monumentos, tradicionalmente considerados símbolos de uma memória oficial e de um poder dominante hétero cis branco, foram reinterpretados como espaços de resistência, onde as figuras históricas que representam o colonialismo ou o militarismo, por exemplo, passaram a ser desafiadas e questionadas. Essas intervenções, como grafites, modificações e até mesmo destruição parcial de monumentos, refletiram a insatisfação da população com a continuidade das memórias que exaltam figuras controversas da história chilena, associadas a períodos de opressão e violência. O processo de ressignificação desses monumentos tornou-se uma forma de descolonização da memória, buscando reescrever a história e valorizar as lutas de grupos marginalizados (Dulci, Alvarado, 2023; Márquez, 2020ab, Venegas Adriazola, 2020).

Dois exemplos emblemáticos de monumentos ressignificados durante o *Estallido Social*, no marco do que ficou conhecido como a “guerra das estátuas ou dos monumentos” são a estátua de Pedro de Valdivia e o Monumento General Baquedano na Praça Itália, ambos em Santiago

(Dulci, Alvarado, 2023; Márquez, Osses, 2022; Pérez, Ramiro, 2020; Quesada, 2020; Riquelme Loyola, 2023).

A estátua de Pedro de Valdivia, figura colonial que desempenhou um papel importante na conquista do Chile, foi um dos alvos principais das manifestações. Pintada com grafites, a estátua foi transformada em um símbolo de resistência ao colonialismo. Durante as manifestações, a figura de Valdivia foi associada à opressão dos povos indígenas e ao processo de colonização que resultou na marginalização e violência contra as comunidades originárias. Ao intervir nesse monumento, manifestantes buscaram reconfigurar a memória oficial e dar visibilidade à história dos povos indígenas, desafiando a narrativa sobre os heróis coloniais (Dulci, Alvarado, 2023; Venegas Adriazola, 2020).

O Monumento General Baquedano foi outro local de intensa intervenção durante os protestos. Baquedano, um militar associado à guerra contra os mapuches (Ocupação da Araucanía), à Guerra do Pacífico (1879-1884) e à repressão interna durante a guerra civil do Chile (1891) tornou-se um símbolo da opressão militar e da continuidade do legado autoritário após a ditadura. Durante o *Estallido Social*, o monumento foi alvo de grafites, pinturas e até destruição parcial, com manifestações de repúdio à sua figura e ao legado que ele representa. As intervenções nesse monumento podem ser vistas como um ato de desmonumentalização, no sentido de questionar o valor simbólico de figuras históricas que são vistas como representantes de um passado colonial, autoritário e repressivo. A ação de ressignificar esses monumentos gerou um debate sobre como o Chile lida com o seu passado e sobre as figuras que merecem ser celebradas ou apagadas do espaço público (Márquez, Osses, 2022; Márquez, 2020ab; Olivari, 2021; Pérez, Ramiro, 2020; Quesada, 2020; Riquelme Loyola, 2023).

Imagens 8 e 9 – Intervenção e remoção do monumento Baquedano



Fonte1: El País, 2020 / Foto de Luis Campos Medina e fonte 2: AFP, 2021/Foto de Javier Torres.

Este monumento, localizado na então chamada Praça Itália, renomeada pelos/as manifestantes como Praça da Dignidade, tornou-se um símbolo central de contestação. Pintada de vermelho para representar o sangue derramado nas repressões, coberta por grafites e, em uma ação emblemática, adornada com um grande olho, em homenagem às vítimas de traumas oculares causados por balas de borracha disparadas pela polícia. Essas ações transformaram o monumento em um espaço de disputa simbólica entre a memória oficial e as narrativas populares. Após sucessivas depredações, incluindo tentativas de incêndio e ataques com ferramentas, as autoridades decidiram remover a estátua em março de 2021 para restauração. No entanto, a base vazia permanece como um marco da resistência popular e da reconfiguração do espaço urbano como arena de luta por memória e justiça social (Márquez, Osses, 2022; Márquez, 2020ab; Olivari, 2021; Pérez, Ramiro, 2020; Quesada, 2020; Riquelme Loyola, 2023).

A discussão sobre desmonumentalizar figuras históricas coloniais ou militares não é apenas

uma questão estética, mas envolve uma reflexão sobre a memória coletiva e a identidade nacional, principalmente aquela pautada pela branquitude. Em uma onda anti-institucional, anticolonial e antirracista, a história do Chile foi desafiada (Dulci; Alvarado, 2023). É importante destacar que o racismo no Chile, cujas primeiras vítimas são os povos originários, se intensificou com as recentes migrações de afrodescendentes da nossa região. A identidade nacional chilena, assim como em muitos outros países da América Latina, é fundamentada na ideia de mestiçagem, ou o que Perla Valero denomina de “mestitud” (Valero, 2021). A identidade racial branca foi construída pelo Estado entre os séculos XIX e XX, e é um produto do branqueamento por meio de políticas racistas estatais (Amigo Dürre, 2023).

Os monumentos, como símbolos visíveis no espaço público, desempenham um papel crucial na formação da memória coletiva, funcionando como marcos de uma narrativa histórica oficial que pode marginalizar ou silenciar as vozes das vítimas da opressão. A desmonumentalização de figuras como Valdivia ou Baquedano levanta questões sobre qual história deve ser contada e quem tem o direito de definir essa história. Para muitos/as, essas figuras representam não apenas a opressão histórica, mas também a continuidade das estruturas de poder que ainda dominam a sociedade chilena. A resignificação desses monumentos, portanto, é vista como um ato simbólico de reivindicação de espaço para novas narrativas e memórias de grupos historicamente marginalizados (Olivari, 2021; Ferrada Aguilar, 2021; Pérez, Ramiro, 2020).

No entanto, a ação de destruir ou modificar monumentos também envolve implicações políticas e culturais significativas. Para outros/as, a destruição de monumentos pode ser vista como um ato de radicalismo que desrespeita a história e a memória nacional. A crítica a essas ações muitas vezes surge do temor de que a remoção ou a alteração dos monumentos apague parte do passado e destrua a herança cultural do país. No entanto, os/as defensores/as das intervenções argumentam que manter monumentos que celebram figuras vinculadas a processos de violência perpétua uma

visão distorcida da história, que marginaliza as vítimas e celebra os opressores. Deste modo, a reinterpretação desses monumentos por meio de intervenções artísticas oferece uma nova forma de reescrever a história, criando um espaço para narrativas e memórias outras e a valorização das lutas que, por muito tempo, foram silenciadas (Artaza *et al.*, 2020; Dulci, Alvarado, 2023; Pérez, Ramiro, 2020; Venegas Adriazola, 2020).

Essas discussões sobre desmonumentalizar figuras históricas estão intrinsecamente ligadas ao processo de construção de uma outra memória coletiva. Como já foi dito, no Chile, as intervenções em monumentos refletem uma tentativa de criar contra narrativas e contramemórias que contraponham a visão oficial da história imposta pelo Estado e pelas elites. Ao transformar os monumentos em espaços de resistência, a arte não só questiona as figuras históricas celebradas, mas também coloca em xeque a própria ideia de herança e memória nacional, propondo uma reflexão sobre os valores que deveriam ser ressignificados no contexto atual. Esse processo de descolonização da memória se torna um elemento crucial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, que reconhece as lutas daqueles/as que foram historicamente subalternizados/as (Dulci, Alvarado, 2023; Ferrada Aguilar, 2021; Venegas Adriazola, 2020).

A chamada “Zona Cero” de Santiago, onde ocorreram os principais protestos e intervenções artísticas *do Estallido Social*, se configurou e permanece até hoje, como um território performativo de disputa simbólica, constantemente ressignificado por meio de grafites, assembleias populares e ações coletivas (Dulci, Alvarado, 2023). Segundo Oliva Saavedra (2021), esse espaço operou como arquivo urbano insurgente, cuja memória se construía não apenas pela permanência das marcas visuais, mas também por sua intermitência — apagamentos, sobreposições e atualizações constantes que revelam a temporalidade viva da memória popular. A “Zona Cero” não foi apenas palco, mas agente, evidenciando como o território pode ser produzido como espaço de resistência estética e política (Márquez, 2020ab).

A desmonumentalização e a ressignificação de monumentos históricos, portanto, não são apenas questões de arte ou estética, mas envolvem um processo complexo de transformação social e política, no qual a arte desempenha um papel fundamental. As intervenções nos monumentos de Santiago e de outras cidades chilenas representam uma contestação ao passado autoritário, e uma forma de reescrever a história (“história desde abajo”) para refletir as demandas e as lutas contemporâneas. Esse movimento em direção à transformação do espaço público é uma parte essencial da resistência política e da busca por identidades contra hegemônicas (Bello Navarro; Pinto Veas, 2022, Cobos Pinochet, 2021; Venegas Adriazola, 2020).

Impactos e controvérsias

O *Estallido Social* e as intervenções artísticas associadas a ele, geraram intensas reações do Estado e de setores conservadores da sociedade chilena. A repressão, tanto em termos de violência policial quanto de tentativas de limpeza simbólica, foi uma das respostas mais imediatas e visíveis a essas manifestações. A militarização das ruas, a violência das forças de segurança (especialmente os “carabineiros”) e a criminalização das intervenções artísticas tornaram-se ferramentas do governo para tentar deslegitimar o movimento. As imagens de grafites e murais nas ruas foram rapidamente associadas a um suposto vandalismo e desordem, sendo alvo de campanhas de remoção e censura. Para muitos setores conservadores, essas manifestações artísticas representavam uma ameaça aos valores tradicionais do país. Em muitos casos, o governo e os meios de comunicação descreveram as manifestações como uma guerra contra a ordem pública, enquanto tentavam remover fisicamente as intervenções artísticas, o que só alimentava o conflito simbólico entre a memória oficial e a memória popular contestadora (Bello Navarro; Pinto Veas, 2022, Cobos Pinochet, 2021; Venegas Adriazola, 2020).

Assim, o uso do espaço urbano como território de resistência estética também se articula como reação ao discurso institucional violento que classificou manifestantes como “inimigos/as

internos/as”. Durante os primeiros dias da revolta, o então presidente Piñera declarou que o país estava em guerra “contra um inimigo poderoso”, linguagem que, segundo Navarro e Tromben (2019), buscou criminalizar o dissenso e legitimar a repressão massiva. O grafite e as intervenções nos monumentos, nesse sentido, operam como resposta discursiva e visual à retórica de guerra, instaurando uma contranarrativa pacífica e simbólica no tecido urbano.

Esse conflito também se refletiu no debate sobre vandalismo versus memória coletiva. Como já indicamos antes, para o Estado e alguns setores da sociedade, as intervenções urbanas, como grafites e destruição parcial de monumentos, foram vistas como ato de vandalismo, uma violação da propriedade pública e do patrimônio histórico. Por outro lado, para os/as manifestantes e defensores/as da arte de rua, essas práticas representavam uma forma legítima de contestação e de ressignificação do espaço público. As críticas sobre o vandalismo escondem, muitas vezes, a natureza dessas intervenções: elas não eram apenas ataques à propriedade, mas também propostas de reinterpretação histórica, uma tentativa de ressignificar os símbolos do país que, ao longo da história, foram usados para justificar a opressão e a exclusão de vários grupos sociais. Nesse contexto, o que é muitas vezes rotulado como vandalismo é, na verdade, uma forma de descolonização da memória e da história (Ganter *et al.*, 2022; Pleyers *et al.*, 2023; Navarro, Tromben, 2019; Venegas Adriazola, 2020).

A permanência e efemeridade das intervenções urbanas também foram questões centrais nesse debate. Embora muitos grafites, murais e outras formas de arte tenham sido rapidamente apagados ou removidos, eles deixaram um impacto nas pessoas e nas narrativas e memórias sociais do país. A efemeridade dessas intervenções pode ser vista como uma característica intrínseca à arte: ela nasce, cresce e morre dentro do espaço público, respondendo rapidamente aos eventos e mudanças no cenário político (Ganter *et al.*, 2022; Pleyers *et al.*, 2023; Navarro, Tromben, 2019; Venegas Adriazola, 2020).

Contudo, o que foi preservado de algumas dessas intervenções? Muitos murais e grafites criados durante o *Estallido Social*, especialmente aqueles em locais centrais e simbólicos como o Monumento General Baquedano e a Praça de la Dignidad, foram apagados, mas não sem deixar um legado visual digitalmente registrado nas redes sociais. As imagens dessas obras, embora efêmeras no espaço físico, sobreviveram na memória coletiva digital, permitindo que a história do *Estallido Social* fosse preservada, inclusive no *Museo del Estallido Social* (Dulci, Alvarado, 2023). Ao mesmo tempo, muitos monumentos históricos, associados ao colonialismo e à ditadura, foram removidos ou transformados, como parte de um processo de limpeza simbólica que visava apagar ou ressignificar a memória de opressão. A remoção de símbolos opressores, por mais controversa que seja, representou, para muitos/as, uma forma de justiça histórica (Martínez, 2020; Navarro, Tromben, 2019; Venegas Adriazola, 2020).

Finalmente, essas práticas artísticas desempenharam um papel significativo na luta por um outro Chile. As intervenções no espaço público não apenas refletiam a insatisfação com a constituição de 1980 e o sistema neoliberal, mas também ajudavam a articular uma nova visão de país. Ao desafiar os símbolos do passado, os/as manifestantes estavam criando novos discursos sobre a identidade nacional, baseados na justiça social, no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, na igualdade de gênero e no fortalecimento da democracia. A luta pela nova constituição estava diretamente conectada a essas práticas, pois o processo de ressignificação dos monumentos e da memória coletiva era também um reflexo da necessidade de reescrever as bases legais do país, para que fossem mais inclusivas e representativas das diversas realidades sociais e culturais. Desse modo, as intervenções funcionaram como um “laboratório” sobre como o Chile poderia superar as marcas de sua história autoritária, criando uma sociedade mais justa e equitativa (Ganter et al., 2022; Pleyers et al., 2023).

Algumas considerações finais

O *Estallido Social* revelou o profundo descontentamento da população chilena com as desigualdades estruturais do país. Nesse contexto, a arte emergiu como um poderoso veículo de contestação, utilizada não apenas para denunciar as injustiças do sistema, mas também para reescrever a memória coletiva. Intervenções em monumentos, grafites e murais passaram a ocupar os espaços públicos, transformando-os em locais de resistência, onde o passado foi desafiado por novas narrativas que incluem as lutas dos povos indígenas, movimentos feministas, classes populares, entre outros. A arte, assim, configurou-se como ferramenta central na descolonização da memória, no questionamento das figuras históricas associadas à opressão e na busca por outra identidade nacional.

Essas práticas também expressaram a potência política e cultural dos protestos, ao transformarem o espaço público em arena de resistência e reconfiguração da identidade chilena. As intervenções não apenas resistiram à narrativa oficial do Estado, mas propuseram novas formas de conexão com a história.

No cenário pós-*Estallido Social*, essas manifestações seguem influentes, ao evidenciarem a capacidade da arte de incitar mudanças sociais e políticas, além de afirmar vozes e corpos historicamente marginalizados. A resistência simbólica revelada por meio da arte mostra a força das práticas culturais na luta por justiça social, no reconhecimento de direitos e na construção de sociedades mais democráticas.

As intervenções surgidas durante o Estallido Social têm potencial para influenciar debates sobre história, memória, espaço público e democracia, tanto no Chile quanto em outros contextos latino-americanos, uma vez que a arte continua sendo uma plataforma poderosa para a expressão política e o questionamento das estruturas de poder.

Discussões sobre desmonumentalização e ressignificação do espaço público podem

provocar mudanças nas formas como as sociedades da região lidam com os legados de suas histórias. Ao desafiar os símbolos do poder e proporem novas formas de memória coletiva, essas intervenções contribuem para o fortalecimento da democracia e para a criação de espaços públicos diversos, onde a pluralidade de vozes e identidades seja reconhecida. As intervenções no Chile durante o *Estallido Social*, e seus ecos regionais, apontam para a futuros em que a arte exerça papel central na construção de novas narrativas históricas e na busca por outros modelos de sociedades.

Referências bibliográficas

AMIGO DÜRRE, Ricardo. Blanquidades chilenas: elementos para un debate. *Tabula Rasa*, v. 45, p. 91-115, 2023. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892023000100091&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 jan. 2025.

ARAVENA ORTIZ, Sebastián. Resistencia visual en los muros de Santiago: Protestas de Chile en 2019. *Cuad.inf.*, Santiago, n. 56, p. 44-65, 2023. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-367X2023000300044&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 5 jan 2025.

ARTAZA, Pablo et al. *Chile despertó: desde la Historia del Estallido Social de Octubre*. Santiago: Universidad de Chile, 2020.

ATRIA, Fernando. *La Constitución Tramposa*. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

BELLO NAVARRO, María José; PINTO VEAS, Iván. La revuelta performativa hacia una noción expandida de cuerpos e imágenes en el espacio público a partir del estallido social chileno. *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, v. 17, n. 1, p. 192-219, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8346191>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CAMPOS, Medina; BERNASCONI, Oriana. Ciudad, estallido social y disputa gráfica. *Revista Atenea*, n. 524, 2021, p. 111–135. Disponível em: <https://doi.org/10.29393/At524-7LCCE20007>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

CAÑAS, Enrique. Movimiento estudantil no Chile 2011: causas e características. *Revista de Historia y Geografía*, Santiago, n. 34, p. 109-134, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.29344/07194145.34.357>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHECCHIA, Cristiane; OLIVEIRA, Angela. Una carta de navegación para el Chile del futuro: el proceso constituyente chileno en la visión de la historiadora Claudia Zapata. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 22, n. 34, p. 358–373, 2022. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4118>. Acesso em: 12 jan. 2025.

COBOS PINOCHET, Carla. Disrupting Normalcy: Artistic Interventions and Political Mobilization Against the Neoliberal City (Santiago, Chile, 2019). *Social Identities Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, v. 27, n. 5, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504630.2021.1931091>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DEMATTEI, Clarisa. Chronicle of the revolution that failed: Chile almost 5 years after the social outburst. *Latinoamérica21*, 12 July, 2024. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/en/chronicle-of-the-revolution-that-failed-chile-almost-5-years-after-the-social-outburst/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

DÍAZ, Mónica; FUENZALIDA, Gabriel. El cuerpo es el mensaje. Hacia una cartografía de los cuerpos en el estallido chileno del 18-O en Plaza de la Dignidad. *Sobre*, v. 6, p. 85-94, 2020. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/sobre/article/view/11774>. Acesso em: 11 jan. 2025.

DITTUS, Rubén. Las paredes hablan en Chile: crisis social, grafiti y arte callejero. *Revista Chilena de Semiótica*, v. 12, p. 198-214, 2019. Disponível em: <https://www.revistachilenasemiotica.cl/numero-12/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DUARTE-FEITOZA, Paulo H.; SILVA SÁ, Rubens Pilegi da (Orgs.). *Arte e monumentos: entre o esquecimento e a memória*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

DULCI, Tereza; ALVARADO, Vania. El Estallido Social en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?. *Revista Katalysis*, v. 24, p. 43-52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/73555>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DULCI, Tereza; ALVARADO, Vania. La memoria octubrista: un estudio del Museo del Estallido Social de Chile. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 23(35), 82–112, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46752/anphlac.35.2023.4137>. Acesso em: 11 jan. 2025.

FERRADA AGUILAR, Mario. Estallido Social en Chile y procesos de patrimonialización: un paradigma de resignificación de las memorias. *Arquit. Sur; Concepción*, v. 39, n. 59, p. 44-67, jul. 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-64662021000100044&script=sci_arttext. Acesso em: 28 dez. 2024.

GANTER, Rodrigo *et al.* *El despertar chileno: revuelta y subjetividad política*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Concepción: Universidad de Concepción; Santiago: Escuela de Psicología, Universidad Bernardo O'Higgins; Escuela de Sociología - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022. GORDON, Terri; ZOLOV, Eric. *The Walls of Santiago: Social Revolution and Political Aesthetics in Contemporary Chile*. Oxford; New York: Berghahn Books, 2022.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s) colonial na "América Latina"*. Buenos Aires: CLACSO; Niterói: UFF, 2021. ISBN 978-987-722-832-8. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/25754/1/Territorio-y-descolonialidad.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

HUYSSSEN, Andreas. *Present pasts: media, politics, and identity in postwar Germany*. London: Routledge, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2001.

MÁRQUEZ, Francisca; OSSES, Patricia. Por uma Antropología dos escombros: O Estallido Social na Plaza Dignidad, Santiago do Chile. *Revista Estado da Arte*, v. 3, n. 1, p. 411-429, 2022. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-64662021000100044&script=sci_arttext. Acesso em: 21 dez. 2024.

MÁRQUEZ, Francisca et al. Cuando las paredes hablan. Rastros del estallido social en el metro Baquedano, Santiago de Chile. *Praxis Arqueológica*, v. 1, n. 1, p. 98-118, 2020a. Disponível em: <https://praxis.uahurtado.cl/index.php/pa/article/view/10>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MÁRQUEZ, Francisca. Por una antropología de los escombros. El Estallido Social en Plaza Dignidad, Santiago de Chile. *Revista 180*, Santiago, n. 45, p. 1-13, ago. 2020b. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-669X2020000100102. Acesso em: 20 dez. 2024.

MASSEY, Doreen. *For space*. London: Sage Publications, 2005.

MARTÍNEZ, José Luis. Entre Estatuas y Memorias: Rompiendo una(s) Historia(s) de lo Nacional. In: ARTAZA, Pablo et al. *Chile despertó: desde la Historia del Estallido Social de Octubre*. Santiago: Universidad de Chile, 2020.

MIGNOLO, Walter. Museums in the Colonial Horizon of Modernity: Fred Wilson's Mining the Museum (1992). In: WILSON, Fred; GLOBUS doró (ed.). *Fred Wilson, a critical reader*. London: Ridinghouse, 2011.

MOLINA, Raúl. *Hablan los muros. Grafitis de la Rebelión social de octubre de 2019*. Santiago: LOM Ediciones, 2019.

NAME, Leo; DULCI, Tereza. Às vezes é feio, mas tá na moda! Potências, adições e limites decoloniais. *VIRUS*, v. 26, p. 29-40, 2023. Disponível em: <https://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/882>. Acesso em: 03 de jan. 2025.

NAVARRO, Federico; TROMBEN, Carlos. “Estamos en guerra contra un enemigo poderoso, implacable”: los discursos de Sebastián Piñera y la revuelta popular en Chile. *Literatura y lingüística*, (40), 295–324, 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-58112019000200295&lng=es&nrm=iso .

OLIVARI, María Cecília. Usos y activaciones del patrimonio: formas de archivar y prácticas performáticas en el estallido social chileno. *Universidade Estadual Paulista; Patrimônio e Memória*, v. 17, n. 1, p. 134-156, jul. 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-64662021000100044&script=sci_arttext. Acesso em: 14 dez. 2024.

OLIVA SAAVEDRA, Claudia. *154 días en la Zona Cero*. Santiago: Editorial La Pollera, 2020.

PÉREZ, Yumarí; RAMIRO, Diana. Monumentos confrontados: nuevos roles para el patrimonio ante los desencuentros sociales. *Arquitecturas del sur*, v. 38, n. 58, p. 44-61, 2020. Disponível em: <https://revistas.ubiobio.cl/index.php/AS/article/view/4332>. Acesso em: 03 de jan. 2025.

PLEYERS, Geoffrey *et al.* *Chile en movimientos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248858/1/Chile-en-movimientos.pdf>. Acesso em: 15 fev., 2025.

QUEZADA, Ivette; ALVARADO, Claudio. Repertorios anticoloniales en Plaza Dignidad: desmonumentalización y resignificación del espacio urbano en la Revuelta. Santiago de Chile, 2019. *Aletheia*, v. 10, n. 20, p. e049, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18533701e049>. Acesso em: 05 jan. 2025.

RIQUELME LOYOLA, Manuel. Lo que aparece en la calle: contranarrativas visuales durante el estallido social en Santiago de Chile 2019, en Plaza Dignidad y en el Centro Cultural Gabriela Mistral. 2023. Tese de Doutorado. Universitat Politècnica de València. Disponível em: <https://doi.org/10.4995/Thesis/10251/198564>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SALGADO, Alfonso. Durante os protestos chilenos, os muros de Santiago sonhavam com um mundo melhor. *Jacobino*, 30/08/2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/08/durante-os-protestos-chilenos-os-muros-de-santiago-sonhavam-com-um-mundo-melhor/>. Acesso em: 10 de março de 2025.

SANTOS, Myrian. *Memória coletiva e teoria social*. 2. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SEGOVIA, Alejandro; VALDEBENITO, Jorge. *Graffiti y estallido social en Chile: Un estudio de percepción*. *Revista Perspectivas*, n. 43, 2024, p. 43-70. Disponível em: <https://doi.org/10.29344/07171714.43.3819>. Acesso em: 10 de março de 2025.

URZÚA, José Miguel; CALDERÓN, Matías. Economía moral y estallido social: no son 30 pesos, son 30 años. La crisis del neoliberalismo en Chile. *Antropologías del Sur*, v. 7, n. 14, p. 283-298, 2020. Disponível em: <https://revistas.academia.cl/index.php/rantros/article/view/1821>. Acesso em: 05 jan. 2025.

VALENZUELA, Miguel Ángel. Grafitis y/o rayados en el estallido social chileno. La democratización del palimpsesto urbano como catarsis social. *DU & P: Revista de Diseño Urbano y Paisaje*, v. 39, p. 28-36, 2021. Disponível em: https://dup.ucentral.cl/dup_39/valenzuela.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

VALERO, Perla. El devenir-blanco del mundo: debates Sur-Norte sobre la blanquitud desde Latinoamérica. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 18, 2021.

VARGAS, Sebastian. *Atacar las estatuas: Vandalismo y protesta social en América Latina*. Bogotá: Publicaciones La Sorda, 2021.

VÁSQUEZ-BUSTOS, Víctor Patricio. La protesta es una guerra: un análisis de grafitis referidos a la protesta social en Chile desde la metáfora conceptual. *Logos (La Serena)*, v. 32, n. 1, p. 173-190, 2022.

Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-32622022000100173&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 jan. 2025.

VENEGAS ADRIAZOLA, Fernanda. Museo callejero del estallido social en Chile. In: SOARES, Bruno (org.). Descolonizando la Museología: Museos, Acción Comunitaria y Descolonización. Comitê Internacional para a Museologia – ICOFOM. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2020.